

Sumário

DECLARAÇÃO DO CONTADOR 2020	2
1. Estrutura Organizacional do Órgão	4
2. Base De Preparação Das Demonstrações e Práticas Contábeis	4
2.1 - Consolidação das demonstrações contábeis	5
2.2 - Conta Única do Governo Federal	5
2.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores	6
2.4 - Recursos orçamentários x recursos financeiros.....	6
2.5 - Restos a Pagar	7
2.6 - Demonstrativos Contábeis.....	7
3. Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis - DCASP	10
3.1 - Balanço Patrimonial	10
Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa.....	10
Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	10
Nota 3 – Bens Móveis	11
Nota 4 – Bens Imóveis	12
Nota 5 – Intangíveis.....	13
Nota 6 – Fornecedores e Credores	13
Nota 7 – Outras Obrigações a Curto Prazo	15
3.2 – Balanço Orçamentário	15
Nota 8 - Receitas.....	15
Nota 9 – Despesas.....	16
Nota 10 – Restos a Pagar	17
Nota 11 - Recursos – Covid.....	18
3.3 – Balanço Financeiro.....	20
Nota 12 – Ingressos	20
Nota 13 – Dispêndios	21
Nota 14 – Resultado Financeiro	22
3.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais.....	22
Nota 15 – Resultado Patrimonial do Período.....	22
Nota 16 – Variações Patrimoniais Aumentativas	23
Nota 17– Variações Patrimoniais Diminutivas	24
3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa	25
Nota 18 – Ingressos de Caixa	25
Nota 19 – Desembolsos de Caixa	26

DECLARAÇÃO DO CONTADOR 2020

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do ACRE (26425), refletindo a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* e o *Manual SIAFI*, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

- (a) Falta/Restrição Conformidade de Registro de Gestão**
- (b) Saldos de Imóveis Especiais não Confere com SPIUnet**
- (c) Saldo Contábil do Almoxarifado não confere com RMA**
- (d) Falta avaliação bens móveis/imóveis/Intang/outros**
- (e) Saldo Contábil Bens Moveis não confere com RMB**
- (f) Falta registro Depreciação/Amortização Ativo Imob.**
- (g) Falta evol. Incompatível Amortização Ativo Intangível**
- (h) Saldos Alongados/Indevidos Contas Transitórias Pass. Circulante**

Este Instituto Federal, apesar de ainda apresentar as restrições acima expostas, vem tomando providências para regularização das pendências que não foram possíveis sanar no exercício de 2020, conforme especificadas a seguir:

Com relação às contas de materiais de consumo e bens móveis, as diferenças existentes entre o Sistema de Almoxarifado (SIPAC) e o Sistema SIAFI permanecem, sendo conferidas mensalmente após o recebimento dos relatórios RMA e RMB, e enviada ao Setor responsável para correções e providências de regularização. O trabalho para conciliação dos saldos visa a migração somente de saldos reais até a efetiva implantação do sistema SIADS e está sendo trabalhado junto aos setores envolvidos, que vai desde a conscientização dos responsáveis de cada Campi para correto controle e operacionalização do sistema até correções em rubricas que foram trocadas no momento da migração do antigo sistema SIGA para o SIPAC, além da continuidade do processo de desfazimento de bens que resultou em doação e continuará em andamento este ano. Com a previsão do novo sistema patrimonial e após o ajuste dos saldos reais do órgão, será possível a efetivação da depreciação/amortização.

Neste ano foi inserido imóvel no SPIUnet, porém ainda há imóveis a serem incluídos, inclusive recebidos em doação que aguardam regularização de documentos do órgão doador e outro imóvel que necessita de laudo de avaliação. Foi aberto em 2020 processos para regularização da conta obras em

andamento que tem gerado saldos alongados, com o objetivo de levantamento das obras concluídas e após documentação exigida efetivar a devida regularização.

Houve três dias sem o registro da conformidade de gestão em dezembro/2020, nos demais, há o registro.

Greiciane Coelho Camargo
CONTADOR/CRC:002763/O-0 T-AC
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre
Rio Branco / AC 29/01/2021

1. Estrutura Organizacional do Órgão

A estrutura do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre – IFAC, é composta pela Reitoria, cinco Campus e um Campus Avançado, sendo todos uma Autarquia Federal pertencentes a administração indireta do Ministério da Educação.

As atividades de Execução, são efetuadas de forma centralizada na UG executora da Reitoria, porém, em 2019, foram criadas cinco UGs executoras dos *Campi* já em funcionamento, para que fosse possível a descentralização administrativa, prevista para o exercício de 2020, no entanto, foi publicada a **Portaria nº. 13.623, de 10 de dezembro de 2019**, que objetiva o redimensionamento de UASG, conforme prazos estabelecidos, sendo necessário a continuação dos trabalhos centralizados pela reitoria (órgão 26425). Por Unidade Gestora entende-se: unidade orçamentária ou administrativa investida do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização. O processo de Descentralização foi reprogramado para ocorrer no exercício de 2022.

Segue abaixo, os dados dos *Campi*:

CNPJ	CAMPUS	UGE
10.918.674/0001-23	Reitoria *	158156
10.918.674/0003-95	Campus Rio Branco	156437
10.918.674/0005-57	Campus Cruzeiro do Sul	156438
10.918.674/0004-76	Campus Sena Madureira	156439
10.918.674/0006-38	Campus Xapurí	156440
10.918.674/0002-04	Campus Tarauacá	156441
	Campus Avançado Baixada do Sol	
Fonte: https://portal.ifac.edu.br/institucional.html		
*Única UGe Ativa		

2. Base De Preparação Das Demonstrações e Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas do IFAC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as Demonstrações Contábeis consolidam as contas contábeis do órgão.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e
- VII. Notas Explicativas as DCASP

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

2.1 - Consolidação das demonstrações contábeis

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis, no momento da escrituração contábil, por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, ente econômico denominado União, e do qual a UFRA faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a [2] – Entra – OFSS. As regras de compensação são aplicadas às demonstrações: BP; BF; DVP; e DFC. Na DMPL, apesar de serem exibidos os valores consolidados nos grupos que compõem o patrimônio líquido, não são aplicadas regras de consolidação.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque em relação aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa quando comparados os saldos dessas demonstrações com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, enquanto no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de 5º nível 2 – Intra.

Isso decorre da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

2.2 - Conta Única do Governo Federal

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis, refere-se à execução financeira, tanto no UFRA quanto nos demais órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados em um caixa único, derivado do princípio da

unidade de tesouraria, denominado Conta Única, mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional.

2.3 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Há que se ressaltar também a prática contábil utilizada que se denomina Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto positivos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

2.4 - Recursos orçamentários x recursos financeiros

Na Contabilidade Pública, recursos orçamentários e recursos financeiros são figuras distintas. O “orçamento público é o instrumento pelo qual o governo estima as receitas e fixa as despesas para poder controlar as finanças públicas e executar as ações governamentais”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos) pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa, isto é, de uma lei, a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA).

Para maior entendimento, “pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária”. (<http://www.conass.org.br>).

Assim, mesmo estando a despesa fixada no orçamento, a sua execução está condicionada à arrecadação das receitas no decorrer do exercício financeiro. Havendo frustração na arrecadação das receitas, o governo precisa conter a execução orçamentária, ou seja, reduzir a emissão de empenhos (créditos orçamentários).

A “despesa pública é a aplicação (em dinheiro) de recursos do Estado para custear os serviços de ordem pública ou para investir no próprio desenvolvimento econômico do Estado. É o compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder competente, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade prevista no orçamento”. (<http://www.transparencia.gov.br/glossario>).

2.5 - Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. (<http://portal.tcu.gov.br/>)

Portanto, Restos a Pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

2.6 - Demonstrativos Contábeis

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita com base na “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil consolidados do IFAC, por meio da análise horizontal e vertical e Inter demonstrativos (identificação da contrapartida dos registros - análise cruzada).

Balço Patrimonial

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	10.181.034,67	12.088.078,26
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.893.669,39	10.153.172,20
Créditos a Curto Prazo	757.273,55	-
Demais Créditos e Valores	757.273,55	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo		539.901,87
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	530.091,73	1.395.004,19
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	96.938.095,55	85.932.408,29
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-
Investimentos	-	-
Participações Permanentes	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
Propriedades para Investimento	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-
Imobilizado	96.647.014,28	85.641.327,02
Bens Móveis	41.596.038,92	39.282.374,17
Bens Móveis	41.596.038,92	39.282.374,17
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	55.050.975,36	46.358.952,85
Bens Imóveis	55.062.400,39	46.367.591,85
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-11.425,03	-8.639,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
Intangível	291.081,27	291.081,27
Softwares	290.173,27	290.173,27
Softwares	290.173,27	290.173,27
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	908,00	908,00
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	908,00	908,00
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-
Diferido	-	-
TOTAL DO ATIVO	107.119.130,22	98.020.486,55

PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
PASSIVO CIRCULANTE	45.409.520,61	41.633.693,93
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto	5.857.161,13	6.166.731,33
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	834.899,86	1.660.831,84
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	38.717.459,62	33.806.130,76
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	38.970,69	39.127,39
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	38.970,69	39.127,39
Resultado Diferido	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	45.448.491,30	41.672.821,32
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Reservas de Capital	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Reservas de Lucros	-	-
Demais Reservas	-	-
Resultados Acumulados	61.670.638,92	56.347.665,23
Resultado do Exercício	5.369.723,50	-5.508.102,22
Resultados de Exercícios Anteriores	56.347.665,23	61.855.767,45
Ajustes de Exercícios Anteriores	-46.749,81	-
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61.670.638,92	56.347.665,23
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	107.119.130,22	98.020.486,55

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO FINANCEIRO	8.893.669,39	10.153.172,20	PASSIVO FINANCEIRO	29.688.669,57	33.513.375,33
ATIVO PERMANENTE	98.225.460,83	87.867.314,35	PASSIVO PERMANENTE	37.778.699,77	32.963.228,72
			SALDO PATRIMONIAL	39.651.760,88	31.543.882,50

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	15.443.491,65	18.402.601,75	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	30.347.509,36	30.777.755,17
Atos Potenciais Ativos	15.443.491,65	18.402.601,75	Atos Potenciais Passivos	30.347.509,36	30.777.755,17
Garantias e Contragarantias Recebidas	621.233,27	200.090,26	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	14.798.271,88	18.174.338,53	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	565.223,89	331.529,86
Direitos Contratuais	23.986,50	28.172,96	Obrigações Contratuais	29.782.285,47	30.446.225,31
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	15.443.491,65	18.402.601,75	TOTAL	30.347.509,36	30.777.755,17

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-14.798.673,48
Recursos Vinculados	-5.996.326,70
Educação	-1.630.760,09
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-5.266.298,21
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	900.731,60
TOTAL	-20.795.000,18

3. Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis - DCASP

3.1 - Balanço Patrimonial

Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O valor disponível o qual os órgãos têm direito a sacar da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil para atender a despesas com vinculação de pagamento, está registrado na conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, que registra o valor do limite liberado Setorial Financeira do MEC aos órgãos que, por sua vez, repassa os recursos às suas unidades gestoras.

O total da conta Caixa é apresentado no **Balanço Patrimonial**, no **Balanço Financeiro** (do lado dos Dispêndios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na **Demonstração dos Fluxos de Caixa**, no item Caixa e Equivalente de Caixa Final. A variação entre o saldo apresentado no encerramento do exercício de 2020 e o quarto trimestre do exercício de 2019 foi **negativo de 12,41%**.

Tabela 1 – Caixa – Variação Horizontal e Vertical

CONTA CONTÁBIL	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 8.893.669,39	R\$ 10.153.172,20	-12,41%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Houve variação aumentativa de 40,26% em relação ao período anterior, devido aos ajustes mensais na conta de adiantamento de férias e 13ºsalário – Adiantamento, conforme macro função 021142 - item 4.2.2.4, realizados no final do exercício de 2020, considerando ainda o aumento nas progressões.

A Conta Créditos a Receber Decorrentes de Infrações, corresponde a valores de GRUs emitidas para empresas, referente a multa por inexecução de contrato, portanto, será seguido as orientações conforme macro função 020346 – multas administrativas (item 7.2), para ajustar esse valor não recebido.

Referente a Conta Créditos a Receber por Cessão de Pessoal, houve um aumento significativo na análise horizontal, pois, a evidenciação correta na liquidação da folha, iniciou em outubro/2019, além de aumento de servidor cedido a outros órgãos em 2020. Dessa forma, foram adotadas as situações indicadas na macro função 021142 – folha de pagamento (6.1.1), sendo necessário a adoção de ajustes no registro dependentes de informações recebidas do

setor de pessoal, para que esta conta possa refletir a realidade de valores ainda não recebidos. A regularização da conta, de valores já recebidos, encontra-se em andamento.

A conta Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada, teve uma variação horizontal de 100%, pois houve a transferência em 2020, de parcelas de recursos financeiros referente ao Ted 01/2019 (mestrado IFAC/UFAC/UNB) no valor de R\$ 66.305,97, e Ted 01/2020 (doutorado IFAC/UFAC) no valor de R\$ 5.692,96.

Tabela 2 – Créditos a curto prazo – composição

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 2020
Adiantamento de Férias	R\$ -	R\$ -	-	-
13º Salário - Adiantamento	R\$ -	R\$ 29.629,07	-100,00%	-
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	R\$ 462.035,38	R\$ 462.035,38	-	61,01%
Créditos a Receber Por Cessão de Pessoal	R\$ 223.239,24	R\$ 48.237,42	362,79%	29,48%
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	R\$ 71.998,93	R\$ -	100,00%	9,51%
TOTAL	R\$ 757.273,55	R\$ 539.901,87	40,26%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Nota 3 – Bens Móveis

Os Bens Móveis do IFAC estão distribuídos em várias contas contábeis. Na tabela a seguir, estão detalhados os grupos com seus respectivos saldos.

Tabela 3 – Bens Móveis – composição

BENS MÓVEIS	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 2020
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	R\$ 9.411.472,15	R\$ 9.035.758,44	4,16%	22,63%
Bens de Informática	R\$ 13.115.183,75	R\$ 12.174.121,75	7,73%	31,53%
Móveis e Utensílios	R\$ 9.684.991,27	R\$ 9.506.797,21	1,87%	23,28%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	R\$ 4.132.923,97	R\$ 3.374.660,99	22,47%	9,94%
Veículos	R\$ 4.644.467,40	R\$ 4.644.035,40	0,01%	11,17%
Bens Móveis em Almoxarifado	R\$ 20.600,00	R\$ 20.600,00	0,00%	0,05%
Demais Bens Móveis	R\$ 586.400,38	R\$ 526.400,38	11,40%	1,41%
TOTAL	R\$ 41.596.038,92	R\$ 39.282.374,17	5,89%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Os valores registrados em Bens Móveis no Balanço Patrimonial não refletem com total fidedignamente a realidade do IFAC, conforme apontado mensalmente na conformidade contábil, pois falta depreciação/amortização/reavaliação, além do inventário físico para ajuste contábil ainda estar em fazer de conclusão. Outra situação que impede o saldo real dos bens móveis foi a alteração na rubrica no momento da migração do antigo sistema SIGA para o atual sistema SIPAC, embora as análises e conferências tenham sido feitas e algumas já sanadas, constam ainda alguns bens pendentes de regularização de classificação de conta contábil, que estão em processo de solução, além das que já foram regularizadas.

Encontra-se em andamento, o processo referente ao incêndio ocorrido em 2019 no Campus Cruzeiro do Sul, que será dado baixa na contabilidade dos bens apontados em

relatórios, mais um procedimento que irá ajustar o saldo real existente.

Os esforços para conciliação dos bens móveis registrados no sistema SIAFI/SIPAC com os bens físicos, continuam sendo priorizados por este órgão. No ano de 2019, foi elaborado o manual de desfazimento de bens e edital nº 01/2019 de desfazimento (<https://portal.ifac.edu.br/editais/categoria/edital/arquivos/341/>), o que resultou no termo de doação nº 01/2019, sendo transferido no ano de 2020, o valor de R\$ 95.940,00 (noventa e cinco mil, novecentos e quarenta reais) para a Universidade Federal do Acre/UFAC.

Dessa forma, os trabalhos que antecedem o cálculo de depreciação/amortização, referente as correções de rubricas, ajustes de saldos, reavaliações necessárias, continuam sendo priorizados pelos setores envolvidos, com o objetivo de conclusão até a implantação do sistema SIADs, porém, com o número reduzido de servidores, o andamento dessas atividades demanda mais tempo que o devido e necessário.

Nota 4 – Bens Imóveis

Em relação ao Bens Imóveis, segue no quadro, os principais itens que o compõem.

Tabela 4 – Bens Imóveis – composição

BENS IMÓVEIS	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 2020
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET	R\$ 31.386.545,29	R\$ 27.138.466,38	15,65%	57,00%
Imóveis de Uso Educacional	R\$ 31.386.545,29	R\$ 27.138.466,38	15,65%	57,00%
Bens Imóveis em Andamento	R\$ 23.675.855,10	R\$ 19.229.125,47	23,12%	43,00%
Obras em Andamento	R\$ 23.662.935,10	R\$ 19.216.205,47	23,14%	42,97%
Estudos e Projetos	R\$ 12.920,00	R\$ 12.920,00	-	0,02%
Depreciação Acumulada	R\$ 11.425,03	R\$ 8.639,00	32,25%	0,02%
TOTAL LÍQUIDO (deduzida Depreciação)	R\$ 55.050.975,36	R\$ 46.358.952,85	18,75%	99,98%
TOTAL BRUTO	R\$ 55.062.400,39	R\$ 46.367.591,85	18,75%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Quanto aos Bens Imóveis, o IFAC apresentou em 31/12/2020 um valor na conta Bens Imóveis em Andamento com o montante de R\$ 55.062.400,39 (cinquenta e cinco milhões, sessenta e dois mil, quatrocentos reais e trinta e nove centavos), sendo que, a conta mais expressiva é a obras em andamento que no exercício de 2020 teve um acréscimo no valor de R\$ 4.446.729,63 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, setecentos e vinte e nove reais e sessenta e três centavos), pelo qual se refere às seguintes obras: Bloco de laboratório do Campus Cruzeiro do Sul, Reforma e Ampliação do Campus Cruzeiro do Sul, Unidade Didática Experimental do Campus Sena Madureira, Construção de depósito e reforma do Campus Sena Madureira, Refeitório, Cozinha e Área de Convivência do Campus Tarauacá, Construção remanescente do Campus Tarauacá, Construção da Quadra Poliesportiva de Tarauacá (1 fase), Laboratório Sensorial e Vendas do Campus Xapuri, Sistema Gerador Fotovoltaico do Campus Rio Branco e Reforma e Ampliação do Campus Baixada do Sol.

Na Conta obras em andamento há obras já concluídas que não foram baixadas, devido à falta de registro no SPIUNET e falta de reavaliação e atualização, conforme constante na IN nº 2 de 02.05.2017 e instruções da setorial contábil conforme mensagem recebida 2020/0557579. Portanto, no ano de 2020, foi aberto processo para regularização da conta, e

será dado continuidade tanto dos bens que precisarão de reavaliação antes da baixa, quanto cobrança por ofício aos órgãos doadores para regularização dos documentos necessários ao registro de bens recebidos em doação.

Nota 5 – Intangíveis

O total da conta Intangíveis considerando o demonstrativo consolidado em 31/12/2020 é de R\$291.081,27 (duzentos e noventa e um mil, oitenta e um reais e vinte e sete centavos), mesmo saldo apresentado no quarto trimestre de 2019. A maioria está relacionada aos “Softwares” com vida útil definida, no total de R\$160.335,99 (cento e sessenta mil, trezentos e trinta e cinco reais e noventa e nove centavos), que correspondem 55,08% do total de ativos intangíveis. Não houve variações, devido aos saldos apresentarem os mesmos valores.

Esses softwares referem-se, principalmente, aos softwares de prateleira (sistema operacional, antivírus, adobe etc.).

Tabela 5 – Intangíveis – composição

INTANGÍVEIS	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 2020
Software com Vida Útil Definida	R\$ 160.335,99	R\$ 160.335,99	-	55,08%
Software com Vida Útil Indefinida	R\$ 129.837,28	R\$ 129.837,28	-	44,61%
Marcas, Direitos, Patentes	R\$ 908,00	R\$ 908,00	-	0,31%
Amortização Acumulada	R\$ -	R\$ -	-	-
TOTAL LÍQUIDO (deduzida Amortização)	R\$ 291.081,27	R\$ 291.081,27	0,00%	100,00%
TOTAL BRUTO	R\$ 291.081,27	R\$ 291.081,27	0,00%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2019.

Ressalta-se que os valores dos softwares com vida útil definida não representam a realidade, devido à falta de amortização desses bens.

Nota 6 – Fornecedores e Credores

Em 31/12/2020, o Órgão 26425 – INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE apresentou um saldo em aberto de R\$ 742.398,61 (setecentos e quarenta e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos) relacionados com fornecedores e contas pagar, sendo obrigações a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se as obrigações mais relevantes, entre fornecedores nacionais circulante:

Tabela 6 – Fornecedores e Contas a Pagar – por fornecedor

CNPJ	FORNECEDORES	31/12/2020	AV (%) 2020
03.810.869/0001-90	A) ARTLINE IND. E COM. DE MÓVEIS LTDA	R\$ 248.358,58	33,45%
07.148.735/0001-96	B) BORGES COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES EIRELI	R\$ 102.858,28	13,85%
04.065.033/0001-70	C) ENERGISA ACRE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.	R\$ 53.336,33	7,18%
13.993.675/0001-20	D) E. J. RODRIGUES EMPREENDIMENTOS - EIRELI	R\$ 48.545,13	6,54%
18.726.344/0001-48	E) F. DE ASSIS S. DOS SANTOS COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICO	R\$ 35.362,74	4,76%
07.928.901/0001-97	F) PRINT SOLUTION SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DE DOCUMENTOS	R\$ 34.538,69	4,65%
TOTAL (FORNECEDORES A À F)		R\$ 522.999,75	70,45%
TOTAL (CONTA FORNECEDORES)		R\$ 742.398,61	

Fonte: SIAFI, 2020.

Em relação aos fornecedores A ao F, eles representam 70,45% do total a ser pago, em 31 de dezembro de 2020. Sendo assim, os demais fornecedores representam 29,55%. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

(a) **Fornecedor A:** Despesa referente a mobiliário em geral – Pregão n. 24/2012; pagamento suspenso por decisão judicial, conforme páginas 7382 a 7384 do processo: 23244.000775/2012-60.

(b) **Fornecedor B:** Despesa referente a construção da sede definitiva da Reitoria do IFAC, conforme Contrato n. 02/2020.

(c) **Fornecedor C:** Despesa com a compra de energia elétrica, para atender as unidades consumidoras atendidas em alta tensão (grupo A) e baixa tensão (grupo B), conforme Contratos n. 30/2017 e 31/2017, respectivamente. Mais de 80% deste compromisso foi pago no início de janeiro/2021.

(d) **Fornecedor D:** Despesa com serviços de limpeza e conservação predial, conforme Termo Aditivo n. 02/2020 ao Contrato n. 19/2018, e serviços de agentes de portaria/recepção, conforme Termos Aditivos n. 02/2020 aos Contratos n. 27/2018 e 28/2018. Mais de 40% deste compromisso foi pago em janeiro/2021.

(e) **Fornecedor E:** Despesa com a aquisição de ar-condicionado para atender demandas do Campus Avançado Baixada do Sol.

(f) **Fornecedor F:** Despesa com prestação de serviços de solução de outsourcing de impressão, reprografia e digitalização, na modalidade franquia mensal de páginas mais excedentes, conforme Contrato n. 24/2020. Quase 90% deste compromisso foi pago em janeiro/2021.

Grande parte dos saldos dos fornecedores citados possuem saldo diferente em janeiro/2021, devido as notas fiscais serem liquidadas no decorrer do mês, e ocorrer o pagamento no início de cada mês, conforme liberação feita pelo MEC.

Nota 7 – Outras Obrigações a Curto Prazo

O item que sofreu maior relevância na variação horizontal no passivo circulante, foi Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo de -49,73%.

Tabela 7 – Passivo Circulante – composição

PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 2020
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	R\$ 5.857.161,13	R\$ 6.166.731,33	-5,02%	12,90%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	R\$ 834.899,86	R\$ 1.660.831,84	-49,73%	1,84%
Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$ 38.717.459,62	R\$ 33.806.130,76	14,53%	85,26%
TOTAL	R\$ 45.409.520,61	R\$ 41.633.693,93	9,07%	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

A análise vertical expressiva de 85,26% no item Demais Obrigações a Curto Prazo, foi ocasionado pela rotina da contabilização de TED – Termo de Execução Descentralizada, na UG recebedora. A partir de janeiro/2019, o Tesouro Nacional implantou uma nova rotina de operacionalização dos TEDs; as UGs repassadoras e as UGs recebedoras tiveram suas contas patrimoniais impactadas.

Dessa forma, foi aberto um processo em 2020 para acompanhamento dos TEDs que constam na conta, para análise quanto as prestações de contas que estão em andamento e o que já foram concluídos, para posterior regularização do saldo a comprovar.

3.2 – Balanço Orçamentário**Nota 8 - Receitas**

No quarto trimestre de 2020, as Receitas Realizadas (arrecadadas) atingiram o montante de R\$ 53.576,11 (cinquenta e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e onze centavos) de um total previsto de R\$ 4.108,00 (quatro mil, cento e oito reais). Já as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 124.631.025,65 (cento e vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e um mil, vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos), gerando um resultado orçamentário deficitário de R\$ 124.577.449,54 (cento e vinte e quatro milhões, quinhentos e setenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), em relação à arrecadação.

Essa disparidade justifica-se pelas Receitas Realizadas conterem valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelos órgãos da administração indireta, e não serem computados os créditos orçamentários recebidos no decorrer no exercício correspondente à contrapartida das despesas fixadas na LOA (Dotação Atualizada) repassados pela SOF; uma vez que esses créditos não são mais demonstrados no BO, em face da metodologia de sua elaboração definida pela STN, por “ente” e não por “órgão”.

Na tabela seguinte, verifica-se a composição das Receitas Correntes, as arrecadadas em fonte própria referente a Receita Patrimonial, de Serviços e Outras Receitas Correntes.

A Receita Patrimonial refere-se as entradas por meio de GRU, cujo código de

recebimento é 28802-0 – Aluguéis, pelas atividades de concessão onerosa de uso do espaço público para restaurante / lanchonete, referente aos Contratos de Receita n. 04/2019 (Campus Cruzeiro do Sul), 10/2019 (Campus Rio Branco), n. 18/2019 (Campus Sena Madureira), 25/2019 (Campus Xapuri).

Tabela 8 – Receitas – composição

RECEITAS CORRENTES		AV (%)
Receita Patrimonial	R\$ 9.914,66	18,51%
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	R\$ 9.914,66	18,51%
Receitas de Serviços	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-
Outras Receitas Correntes	R\$ 43.661,45	81,49%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	R\$ 1.616,09	3,02%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	R\$ 42.045,36	78,48%
TOTAL	R\$ 53.576,11	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

Já as Indenizações, Restituições e Ressarcimentos, do grupo Outras Receitas Correntes no valor de R\$ 42.045,36, referem-se a: anulação de despesas, cujos valores são devolvidos pelos servidores, (diárias, folha de pagamento pessoal cedido etc.), valores recebidos a maior e indenização de danos causados ao patrimônio público.

Nota 9 – Despesas

Na execução no âmbito do IFAC, as despesas empenhadas R\$ 124.631.025,65 (cento e vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e um mil, vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos) sendo que a dotação atualizada na LOA, foi de R\$ 126.962.334,00 (cento e vinte e seis milhões, novecentos e sessenta e dois mil, trezentos e trinta e quatro reais). As despesas correntes com o maior montante de R\$ 120.464.563,00 (cento e vinte milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais), representaram significativos 98,06% do total das despesas empenhadas.

Tabela 9 – Despesas Correntes e de Capital Executadas por grupo – composição

GRUPO DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	EXECUÇÃO (%) DESPESAS EMPENHADAS / DOTAÇÃO ATUALIZADA	AV (%) DESPESAS EMPENHADAS
Despesas Correntes	R\$ 120.464.563,00	R\$ 118.132.603,31	98,06%	94,79%
1- Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 99.163.609,00	R\$ 97.961.920,52	98,79%	78,60%
2- Outras Despesas Correntes	R\$ 21.300.954,00	R\$ 20.170.682,79	94,69%	16,18%
Despesas de Capital	R\$ 6.497.771,00	R\$ 6.498.442,34	100,01%	5,21%
3- Investimentos	R\$ 6.497.771,00	R\$ 6.498.442,34	100,01%	5,21%
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 126.962.334,00	R\$ 124.631.045,65	98,16%	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

Das Despesas Correntes, o grupo que apresentou o maior percentual de execução referente a Dotação Atualizada foi o de Pessoal e Encargos Sociais, com 78,60%. Enquanto o grupo Outras Despesas Correntes, teve a execução correspondente a 16,18%.

Dessa forma, observa-se que as despesas com folha de pagamento de pessoal, no quarto trimestre de 2020 correspondem a maior parte das Despesas Empenhadas.

Das despesas empenhadas, o recurso referente ao orçamento de guerra – covid-19, foi o total de R\$ R\$ 221.032,09.

Nota 10 – Restos a Pagar

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados – RPNP referem-se às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas (executadas) até 31 dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição parcial ou entrega de obras no exercício.

Para elaboração desta nota explicativa, considerou-se os RPNP demonstrados no Balanço Orçamentário que abrange o órgão com o seu próprio orçamento consignado na LOA, computando-se também o orçamento (créditos orçamentários) recebidos de outros órgãos para execução de programas governamentais de interesse recíproco.

A inscrição dos empenhos nessa rubrica é feita pela STN em 31 de dezembro de cada exercício financeiro com base na execução orçamentária do exercício (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos/inscritos em exercícios anteriores (reinscrição) que ainda não tiveram execução concluída e o pagamento realizado.

Nesse sentido, a Lei nº 4.320/1964 considera como executada a “despesa empenhada” (e não paga) ao dispor no seu art. 35 que “*pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas*”.

Analisando-se os restos a pagar no âmbito do IFAC, a tabela adiante apresenta o montante das despesas inscritas e reinscritas na rubrica. Dos RPNP inscritos em 31/12/2020 (exercício anterior), houve um acréscimo de 97,71%. Em relação aos RPNP inscritos em exercícios anteriores, houve um acréscimo de 40,43%.

Tabela 10 – RPNP inscritos e reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 2020
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	R\$ 21.337.480,39	R\$ 10.077.385,97	111,74%	86,03%
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	R\$ 3.466.302,34	R\$ 2.468.395,77	40,43%	13,97%
TOTAL	R\$ 24.803.782,73	R\$ 12.545.781,74	97,71%	100,00%

Fonte: Siafi Web, 2020.

A tabela seguinte demonstra que foram executados/liquidados 54,17% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPNP, no âmbito do IFAC.

Detalhando-se a execução das despesas por categoria econômica, as Despesas Correntes que incluem as despesas de manutenção e pessoal, apresentaram a maior execução, 82,74%, e as Despesas de Capital, 39,45%.

Tabela 11 – Execução de RPNP por grupo de despesa e categoria econômica

RPNP por Grupo de Despesa e Categoria Econômica	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPNP	Cancelados	Total inscrições RPNP - Cancelados	Liquidados	(%) Liquidados / Total inscrições RPNP
DESPESAS CORRENTES	R\$ 9.235.234,04	R\$ 1.367.819,58	R\$ 7.867.414,46	R\$ 6.509.752,46	82,74%
Outras Despesas	R\$ 9.235.234,04	R\$ 1.367.819,58	R\$ 7.867.414,46	R\$ 6.509.752,46	82,74%
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 15.568.548,69	R\$ 293.419,33	R\$ 15.275.129,36	R\$ 6.025.681,72	39,45%
Investimentos	R\$ 15.568.548,69	R\$ 293.419,33	R\$ 15.275.129,36	R\$ 6.025.681,72	39,45%
TOTAL	R\$ 24.803.782,73	R\$ 1.661.238,91	R\$ 23.142.543,82	R\$ 12.535.434,18	54,17%

Fonte: Siafi Web, 2020.

Nota 11 - Recursos – Covid

Referente ao recurso orçamentário recebido para enfrentamento do Covid-19, referente aos TEDs 9211 e 9252 este órgão empenhou o valor de R\$ 221.032,09 (duzentos e vinte e um mil, trinta e dois reais e nove centavos), sendo que, a execução em 2020 e a inscrição em restos a pagar, processados e não processados, está informado no quadro a seguir:

Tabela 12 - TED 9211

EMPENHO	VALOR	TED	Executado 2020	Inscritos em Restos a Pagar Processados	Inscritos em Restos a Pagar não processados
2020NE000117	R\$ 37.200,00	9211		R\$ 1.600,00	R\$ 34.600,00
2020NE800331	R\$ 37.400,00	9211	R\$ 37.400,00		
2020NE800332	R\$ 8.450,00	9211	R\$ 8.450,00		
2020NE800333	R\$ 3.413,79	9211			R\$ 3.413,79
2020NE800334	R\$ 922,14	9211	R\$ 922,14		
2020NE800338	R\$ 29.658,96	9211		R\$ 29.658,96	
2020NE800343	R\$ 4.919,80	9211			R\$ 4.919,80
2020NE800355	R\$ 21.200,00	9211	R\$ 21.200,00		
2020NE800439	R\$ 3.775,39	9211		R\$ 3.775,39	
2020NE800440	R\$ 4.410,00	9211			R\$ 4.410,00
2020NE800442	R\$ 6.897,42	9211			R\$ 6.897,42
2020NE800490	R\$ 21.900,00	9211			R\$ 21.900,00
TOTAL	R\$ 180.147,50		R\$ 67.972,14	R\$ 35.034,35	R\$ 76.141,01

Tabela 13 - TED 9252

EMPENHO	VALOR	TED	Executado 2020	Inscritos em Restos a Pagar Processados	Inscritos em Restos a Pagar não Processados
2020NE800335	R\$ 8.024,02	9252	R\$ 7.916,62		R\$ 107,40
2020NE800336	R\$ 664,50	9252		R\$ 664,50	
2020NE800337	R\$ 1.929,60	9252	R\$ 1.929,60		
2020NE800339	R\$ 1.400,96	9252		R\$ 1.400,00	
2020NE800340	R\$ 1.319,44	9252		R\$ 1.319,44	
2020NE800341	R\$ 1.090,00	9252	R\$ 1.090,00		
2020NE800342	R\$ 423,96	9252		R\$ 423,96	
2020NE800344	R\$ 289,80	9252	R\$ 289,80		
2020NE800345	R\$ 214,35	9252		R\$ 214,35	
2020NE800346	R\$ 113,40	9252		R\$ 113,40	
2020NE800348	R\$ 432,20	9252			R\$ 432,20
2020NE800353	R\$ 1.050,00	9252	R\$ 1.050,00		
2020NE800441	R\$ 274,70	9252			R\$ 274,70
2020NE800445	R\$ 1.325,00	9252		R\$ 1.325,00	
2020NE800478	R\$ 10.332,66	9252			R\$ 10.332,66
2020NE800489	R\$ 12.000,00	9252			R\$ 12.000,00
total	R\$ 40.884,59		R\$ 12.276,02	R\$ 5.347,25	R\$ 23.146,96

Os empenhos inscritos em restos a pagar processados, foram pagos no mês de janeiro/2021.

3.3 – Balanço Financeiro

Nota 12 – Ingressos

A tabela abaixo demonstra a composição dos Ingressos, registrados no Balanço Financeiro do IFAC, no quarto trimestre de 2020:

Tabela 14 – Ingressos – composição

INGRESSOS 2020		AV (%)
Receitas Orçamentárias	R\$ 53.576,11	0,03%
Ordinárias	R\$ -	
Vinculadas	R\$ 53.823,96	0,03%
Educação	R\$ 42.045,36	0,03%
Previdência Social (RPPS)	R\$ -	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Recursos a Classificar	R\$ 11.778,60	0,01%
R\$ -	R\$ -	
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-R\$ 247,85	-0,0002%
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 126.200.559,05	81,34%
Resultantes da Execução Orçamentária	R\$ 113.964.832,88	73,46%
Repasso Recebido	R\$ 113.964.832,88	73,46%
Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 12.235.726,17	7,89%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	R\$ 11.728.458,83	7,56%
Demais Transferências Recebidas	R\$ 27.600,00	0,02%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	R\$ 479.667,34	0,31%
Aporte ao RPPS	R\$ -	
Aporte ao RGPS	R\$ -	
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 18.741.850,19	12,08%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	R\$ 7.075.744,89	4,56%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	R\$ 11.411.768,40	7,36%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 183.123,69	0,12%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 71.213,21	0,05%
Arrecadação de Outras Unidade	R\$ 71.213,21	0,05%
Saldo do Exercício Anterior	R\$ 10.153.172,20	6,54%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 10.153.172,20	6,54%
TOTAL DE INGRESSOS 2020	R\$ 155.149.157,55	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

As Receitas Orçamentárias registradas no Balanço Financeiro, do quarto trimestre de 2020, atingiram o montante de R\$ 53.576,11 (cinquenta e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e onze centavos), correspondendo a apenas 0,03% do total de Ingressos. O subgrupo Educação corresponde às Receitas com indenizações, restituições e ressarcimentos, que se referem a valores devolvidos pelos servidores de anulação de despesas (diárias, folha de pagamento pessoal cedido etc.) ou valores recebidos a maior, que são repassadas ao STN.

Já o subgrupo Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas está composto pelas contas de: Exploração do patrimônio, por meio dos Contratos de Receita n. 04/2019 (Campus Cruzeiro do Sul), n. 10/2019 (Campus Rio Branco), n. 18/2019 (Campus Sena Madureira) e 25/2019 (Campus Xapuri) que correspondem a concessão onerosa de uso do espaço público para a instalação e exploração de serviços de restaurante / lanchonete.

Já as Transferências Financeiras Recebidas, os repasses do Ministério da Educação (MEC), com o montante de R\$ 126.200.559,05 (cento e vinte e seis milhões, duzentos mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos) representam 81,34% dos Ingressos em 2020, sendo o subgrupo Repasse Recebido o que tem o valor mais expressivo dentro do grupo R\$ 113.964.832,88 (cento e treze milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos), representando 73,46% das Transferências Financeiras Recebidas.

Os Recebimentos Extraorçamentários registrados no Balanço Financeiro atingiram o valor de R\$ 18.741.850,19 (dezoito milhões, setecentos e quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta reais e dezenove centavos), correspondendo 12,08% do total de Ingressos.

Nota 13 – Dispêndios

A tabela abaixo demonstra a composição dos Dispêndios, registrados no Balanço Financeiro do IFAC até 31/12/2020:

Tabela 15 – Dispêndios – composição

DISPÊNDIOS 2020		AV (%)
Despesas Orçamentárias	R\$ 124.631.025,65	80,33%
Ordinárias	R\$ 114.847.399,51	74,02%
Vinculadas	R\$ 9.783.626,14	6,31%
Educação	R\$ 261.859,03	0,17%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	R\$ 294.377,00	0,19%
Previdência Social (RPPS)	R\$ 293.181,36	0,19%
Dívida Pública	R\$ 8.892.321,55	5,73%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	R\$ 41.887,20	0,03%
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 791.846,29	0,51%
Resultantes da Execução Orçamentária	R\$ 5.692,96	0,004%
Repasse Concedido	R\$ 5.692,96	0,004%
Independentes da Execução Orçamentária	R\$ 786.153,33	0,51%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	R\$ 478.736,68	0,31%
Demais Transferências Concedidas	R\$ 194.158,08	0,13%
Movimento de Saldos Patrimoniais	R\$ 113.258,57	0,07%
Aporte ao RPPS	R\$ -	
Aporte ao RGPS	R\$ -	
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 20.832.616,22	13,43%
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	R\$ 8.332.043,00	5,37%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	R\$ 12.318.895,04	7,94%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	R\$ 181.678,18	0,12%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	R\$ -	
Saldo para o Exercício Seguinte	R\$ 8.893.669,39	5,73%
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 8.893.669,39	5,73%
TOTAL DE DISPÊNDIOS 2020	R\$ 155.149.157,55	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

As Despesas Orçamentárias registradas no Balanço Financeiro do quarto trimestre de 2020, atingiram o montante de R\$ 124.631,025,65 (cento e vinte e quatro milhões, seiscentos e trinta e um mil, vinte e cinco reais e sessenta e cinco centavos), com o percentual de 80,33%,

correspondendo quase que a totalidade dos Dispêndios. Já as Transferências Financeiras Concedidas, com o valor de R\$ 791.846,29 (setecentos e noventa e um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos) representaram apenas 0,51% dos Dispêndios do quarto trimestre de 2020.

As Despesas Extraorçamentárias registradas no Balanço Financeiro atingiram o montante de R\$ 20.832.616,22 (vinte milhões, oitocentos e trinta e dois mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte e dois centavos), correspondendo a 13,43% do total de Dispêndios. O pagamento de Restos a Pagar Processados, com R\$ 8.332.043,00 (oito milhões, trezentos e trinta e dois mil, quarenta e três reais) representaram 5,37% das Despesas Extraorçamentárias de 2020.

Nota 14 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram no quarto trimestre e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro.

O resultado financeiro do período foi deficitário em **R\$ 1.259.502,81** (um milhão, duzentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e dois reais e oitenta e um centavos).

Tabela 16 – Resultado Financeiro do período

FINANCEIRO	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa (Saldo para o Exercício Seguinte)	R\$ 8.893.669,39	R\$ 10.153.172,20	-12,41%
Caixa e Equivalentes de Caixa (Saldo do Exercício Anterior)	R\$ 10.153.172,20	R\$ 10.889.834,88	-6,76%
RESULTADO FINANCEIRO	-R\$ 1.259.502,81	-R\$ 736.662,68	-70,97%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

3.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 15 – Resultado Patrimonial do Período

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio no exercício, isto é, evidencia as alterações nos bens, direitos e obrigações do órgão, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, agregado ao Patrimônio Líquido no grupo de “Resultados Acumulados”, item Resultado do Exercício.

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial, que aumentam ou diminuem o patrimônio.

O IFAC apresentou um resultado patrimonial de R\$ 5.369.723,50 (cinco milhões, trezentos e sessenta e nove mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta centavos).

Tabela 17 – Resultado Patrimonial no Período

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÇÕES PATRIMONIAIS	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 133.112.445,32	R\$ 157.950.827,28	-15,73%
Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 127.742.721,82	R\$ 163.458.929,50	-21,85%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	R\$ 5.369.723,50	-R\$ 5.508.102,22	-

Fonte: Siafi Web, 2020.

Nota 16 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Nas variações patrimoniais aumentativas, houve um decréscimo horizontal de 15,73%, comparando o quarto trimestre de 2020.

Tabela 18 – Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 2020
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ -	R\$ -	-	-
Contribuições	R\$ -	R\$ -	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 9.501,26	R\$ 36.222,33	-73,77%	0,01%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 663,65	R\$ 2.349,53	-71,75%	0,0005%
Transferências e Delegações Recebidas	R\$ 126.220.333,05	R\$ 123.046.370,18	2,58%	94,82%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	R\$ 6.767.075,10	R\$ 34.780.369,42	-80,54%	5,08%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 114.872,26	R\$ 85.515,82	34,33%	0,09%
TOTAL	R\$ 133.112.445,32	R\$ 157.950.827,28	-15,73%	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

A seguir, são apresentadas as contas que tiveram mudanças significativas:

- Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

No grupo Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos houve um decréscimo no quarto trimestre de 2020 de 73,77%, pois, devido a pandemia houve suspensão referente ao pagamento de aluguéis recebidos, referente a Contratos de Concessão onerosa de uso de bem público para a instalação e exploração de serviços de restaurante/lanchonete nos Campi do IFAC, diminuindo assim, as arrecadações próprias.

- Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

Este grupo teve uma redução na análise horizontal de 80,54%, devido aos valores maiores registrados de Bens Imóveis no SPIUNET em 2019 em comparação a 2020.

O subgrupo ganhos com desincorporação de passivos, obteve saldo de R\$ 2.446.997,26, refere-se à devolução de recursos financeiros ou transferências de recursos

financeiros pertencentes a TEDs.

- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Na análise horizontal deste grupo, verificamos um acréscimo de 34,33%, devido ao aumento do subgrupo Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas, uma vez que houve mais arrecadações este ano comparado com o quarto trimestre do ano de 2019, de valores referentes a devolução de folha de pagamento de pessoal cedido, e demais arrecadações.

Nota 17– Variações Patrimoniais Diminutivas

Ao todo, nas variações patrimoniais diminutivas, houve um decréscimo na análise horizontal de 21,85 %, comparando com o quarto trimestre de 2019.

Tabela 19 – Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 2020
Pessoal e Encargos	R\$ 102.166.544,04	R\$ 101.534.149,67	0,62%	79,98%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 1.079.522,61	R\$ 478.155,93	125,77%	0,85%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 13.973.307,53	R\$ 13.239.448,69	5,54%	10,94%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 247,85	R\$ -	100,00%	0,0002%
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 916.418,23	R\$ 3.740.779,12	-75,50%	0,72%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Tributárias	R\$ 7.148.571,43	R\$ 41.837.324,17	-82,91%	5,60%
Tributárias	R\$ 65.776,89	R\$ 102.664,26	-35,93%	0,05%
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	R\$ -	R\$ -	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 2.392.333,24	R\$ 2.526.407,66	-5,31%	1,87%
TOTAL	R\$ 127.742.721,82	R\$ 163.458.929,50	-21,85%	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

A seguir, são apresentadas as contas que tiveram mudanças significativas:

- Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Dentre as variações patrimoniais diminutivas verifica-se que o grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais teve um valor representativo de 125,77% na análise horizontal, ressalta que os grupos que obtiveram esse aumento foram Aposentadorias, Reformas e Pensões.

- Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos Tributários

Houve uma variação horizontal decrescente relevante de 82,91%, pois, no segundo trimestre do ano de 2019 foi registrado a nova sistemática de TEDs a comprovar, no subgrupo Incorporação de Passivos.

- Transferências e Delegações Concedidas

Este subgrupo teve uma variação diminutiva de 75,50%, devido as devoluções de recursos financeiros referentes a TEDs de exercícios anteriores, para regularização da conta limite de saque ocorridas no quarto trimestre de 2020.

3.5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Nota 18 – Ingressos de Caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC correspondente ao resultado financeiro apurado no BF.

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuíram para o aumento da formação de caixa. Verifica-se que as atividades operacionais foram as que mais contribuíram para compensar os desembolsos que impactaram na geração líquida de caixa deficitária.

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Tabela 20 – Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa – Atividades

ATIVIDADES	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)
Fluxos de Caixa das Atividades das Operações	R\$ 5.674.742,15	R\$ 2.706.677,64	109,66%
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-R\$ 6.934.244,96	-R\$ 3.443.340,32	-101,38%
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	R\$ -	R\$ -	-
TOTAL	-R\$ 1.259.502,81	-R\$ 736.662,68	-70,97%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

Nota 19 – Desembolsos de Caixa

Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo, e não por elemento de despesa (categoria de gasto) conforme classificação orçamentária instituída pelo Ministério do Planejamento.

Até o período, os desembolsos das atividades operacionais totalizaram - R\$ 120.833.729,91. Desse total, o grupo mais representativo foi o “Pessoal e Demais Despesas”, apresentando o saldo de - R\$ 103.905.888,85, com destaque a função de “Educação”.

Dos desembolsos “Transferências Concedidas”, o item “Intragovernamentais” foi o que apresentou a maior porcentagem, 13,18%, das transferências concedidas.

Pode-se perceber que os maiores desembolsos da DFC são relativos à função de governo “Educação”.

Tabela 21 – Atividades Operacionais – composição:

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 2020
INGRESSOS	R\$ 126.508.472,06	R\$ 123.488.166,26	2,45%	100,00%
Receita Patrimonial	R\$ 9.914,66	R\$ 36.726,62	-73,00%	0,01%
Receita de Serviços	R\$ -	R\$ 1.845,00	-100,00%	0,00%
Outras Transferências Derivadas e Originárias	R\$ 43.661,45	R\$ 22.240,59	96,31%	0,03%
Outros Ingressos Operacionais	R\$ 126.454.895,95	R\$ 123.427.354,05	2,45%	99,96%
Ingressos Extraorçamentários	R\$ 183.123,69	R\$ 317.708,40	-42,36%	0,14%
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 126.200.559,05	R\$ 123.046.370,18	2,56%	99,76%
Arrecadação de Outra Unidade	R\$ 71.213,21	R\$ 63.275,47	12,54%	0,06%
DESEMBOLSOS	-R\$ 120.833.729,91	-R\$ 120.781.488,62	-0,04%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-R\$ 103.905.888,85	-R\$ 102.046.787,48	-1,82%	85,99%
Previdência Social	-R\$ 536.469,40	-R\$ 416.184,40	-28,90%	0,44%
Educação	-R\$ 103.369.419,45	-R\$ 101.630.603,08	-1,71%	85,55%
Transferências Concedidas	-R\$ 15.954.316,59	-R\$ 14.711.708,62	-8,45%	13,20%
Intragovernamentais	-R\$ 15.925.684,65	-R\$ 14.687.662,58	-8,43%	13,18%
Outras Transferências Concedidas	-R\$ 28.631,94	-R\$ 24.046,04	-	0,02%
Outros Desembolsos Operacionais	-R\$ 973.524,47	-R\$ 4.022.992,52	75,80%	0,81%
Dispêndios Extraorçamentários	-R\$ 181.678,18	-R\$ 306.259,44	40,68%	0,15%
Transferências Financeiras Concedidas	-R\$ 791.846,29	-R\$ 3.716.733,08	78,70%	0,66%
FLUXOS DE CAIXAS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	R\$ 5.674.742,15	R\$ 2.706.677,64	-109,66%	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2020.

- Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

Tabela 22 – Desembolsos – Atividades de Investimento – Composição dos Desembolsos

DESEMBOLSOS	31/12/2020	31/12/2019	AH (%)	AV (%) 2020
Aquisição de Ativo Não Circulante	-R\$ 6.874.244,96	-R\$ 3.351.948,39	-105,08%	99,13%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	R\$ -	R\$ -	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-R\$ 60.000,00	-R\$ 91.391,93	34,35%	0,87%
TOTAL	-R\$ 6.934.244,96	-R\$ 3.443.340,32	-101,38%	100,00%

Fonte: SIAFI Web, 2020.